

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.501, DE 2004

*Reestrutura a remuneração dos cargos das Carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, altera o **pro labore**, devido aos ocupantes dos cargos efetivos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das Carreiras de Advogados da União, de Procuradores Federais, de Procuradores do Banco Central, de Defensores Públicos da União e aos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.*

EMENDA MODIFICATIVA N.º /2004

Dê-se ao caput do art. 10 do Projeto de Lei nº 3.501/2004 a seguinte redação:

“Art. 10. Os integrantes das Carreiras a que se referem os arts. 6º e 8º, que não se encontrem no efetivo exercício das atividades inerentes à respectiva Carreira, somente farão jus à parcela do **pro labore** referida no inciso II do art. 6º e à GDAJ:

.....”(NR)

Justificação

A alteração do **caput** do art. 10 é uma decorrência da alteração proposta ao art. 6º. Ficando fixa a parcela do **pro labore** prevista no inciso I do art. 6º, a regra do art. 10 deverá ser aplicada apenas à parcela variável do **pro labore**, referida no inciso II do art. 6º. Aos Auditores da Receita Federal é aplicada regra idêntica somente à nova gratificação variável, não alcançando a GAT do art. 3º.

Sala da Comissão, em 25 de maio de 2004.

Arnaldo Faria de Sá

Deputado Federal - São Paulo